

## Educação para a sustentabilidade no Ensino Superior: O papel do docente na formação do Administrador

### *Education for sustainability in higher education: The teacher's role in shaping the Administrator*

Deisi Viviane Becker<sup>1</sup>, Lucas Veiga Àvila<sup>2</sup>, Luis Felipe Machado do Nascimento<sup>3</sup> Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Administração - PPGA/UFSM, Doutoranda em Administração PPGA/EA/UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

<sup>2</sup> Mestre em Administração - PPGA/UFSM, Doutorando em Administração PPGA/UFSM. Professor na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Santa Maria, RS, Brasil.

<sup>3</sup> Doutor em Economia e Meio Ambiente - Universität Gesamthochschule kassel. Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

<sup>4</sup> Doutora em Agronegócios – UFGRS. Professora na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.

### Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar como os professores do curso de administração de uma IES, o seu papel docente frente às exigências da educação para a sustentabilidade no ensino. O estudo classifica-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória, ancorada em um roteiro semi estruturado. Foram entrevistados 13 docentes do Curso de Administração, que possuem bacharelado em Administração, atuantes em uma Instituição Privada, dentre os 44 docentes que atuam no curso, abrangendo todos os componentes curriculares. Dentre os 13 docentes, nem todos se consideram preparados para atuar com a temática e maior parte deles desconhece as diretrizes e regulamentos do ministério da educação que trata do assunto. Com base nos resultados, destaca-se que o curso desenvolve nova perspectiva, sobre a temática da sustentabilidade, fomentando a criação de grupo de pesquisa, atividades práticas ligadas diretamente à educação para a sustentabilidade, além da sua discussão em todas as disciplinas.

**Palavras-Chaves:** Sustentabilidade. Educação para a Sustentabilidade. Educação para a Sustentabilidade no Ensino.

### Abstract

This study aims to analyze how teachers of the undergraduate program in a HEL, their teaching role with the requirements of education for sustainability in education. The study is classified as a qualitative, exploratory, anchored in a semi structured script. We interviewed 13 teachers Administration Course, which have a BA in Business Administration, working in a private institution, among the 44 teachers who work in the course, covering all curriculum components. Among the 13 teachers, not all consider themselves prepared to work with the theme and most of them unaware of the education ministry's guidelines and regulations that deals with it. Based on the results, it is emphasized that the course develops new perspective on the theme of sustainability, fostering the creation of the research group, hands-on activities related directly to education for sustainability in addition to their discussion on all subjects.

**Key Words:** Sustainability; Education for Sustainability; Education for Sustainability in Education.

---

## 1 Introdução

Reflexão, comportamento, complexidade, ação. Palavras cheias de significados que fazem parte da percepção de mudança em que a humanidade se encontra. Em sentido geral, os meios social, natural, econômico e político estão apontando cada dia mais para novas formas de interagir, na sociedade. O maior acesso à informação, a inserção de discussões sociais, as tendências e pactos mundiais sobre questões que envolvem a todos, trazem a necessidade de modificação do modus operandi da sociedade atual. Mas qual o caminho a seguir?

A reflexão sobre a complexidade de temas e arranjos para um projeto de ação sustentável de países e regiões deve ser construída. Essa reflexão está profundamente enraizada na educação que age como elemento para a disseminação de novas práticas. As atitudes em prol do desenvolvimento de comportamentos mais adequados em relação ao uso e manutenção de recursos naturais (água, solo, combustíveis fósseis), inúmeras vezes esbarram em infrutíferas tentativas. Cabe a indagação: Por que isso acontece? Por que as práticas não evoluem se mudam constantemente os sujeitos?

Nas tentativas de respostas estão: a noção de sustentabilidade; a disseminação da internet entre a geração Y; e a necessidade de se desenvolver a consciência ambiental. A de sustentabilidade, arraigada na inter-relação entre o social, o ambiental e o econômico, traz amplitude não registrada anteriormente à discussão (CARVALHO e FARIAS, 2011). A ideia originária sobre o termo sustentabilidade é a de preservar benefícios presentes para gerações futuras, amplitude também não registrada anteriormente, a disseminação da internet entre a geração Y, caracterizada como “a primeira geração imersa em bits” (TAPSCOTT, 2010, p. 28). E a necessidade de se desenvolver a consciência ambiental para que as próximas gerações possam efetivamente fazer a diferença, libertando-se da condição de espectadores para agentes atuantes nas sociedades.

Para Alves (2013) os brasileiros nascidos na década de 1990 foram alfabetizados ouvindo falar em sustentabilidade e já com algum contato com a internet. No momento atual, os jovens passaram a ser chamados de Geração Digital, pois possuem características peculiares que os diferenciam das gerações anteriores, sobretudo pela forma como se relacionam entre si e com o mundo por meio dos recursos digitais de comunicação. Essa geração é componente da geração Y. Ainda segundo o autor, alguns autores estrangeiros (TAPSCOTT, 1997; PRENSKY, 2001; PALFREY E GASSER, 2011; VEEN E VRAKING, 2009; NIELSEN, 2013) referem-se a estes jovens como sendo da geração Y, Geração Digital, geração Z ou C, entre outras denominações. Além disso, Alves (2013) evidencia estudos como os Hawcroft e Milfont (2010) os quais destacam que no futuro espera-se que os mais jovens apresentem um nível de consciência ambiental maior do que as gerações que os antecederam, que o nível de consciência ambiental seja diretamente proporcional à escolaridade, diretamente proporcional à renda e que seja maior entre as mulheres do que entre os homens.

Para que haja a mudança de estado de espectador para agente modificador de uma sociedade, o fator modificante encontra-se na educação que deve ser voltada para uma missão que molda a vida e transforma o mundo (HARGREAVES, 2004). O ponto mais aplicável ao ensino superior aponta para a necessidade de reorientação da educação existente para levar em conta os princípios e práticas norteadores da sustentabilidade (BRUTON, 2006).

É recorrente o apelo ao longo dos anos no sentido de fomentar a sustentabilidade e, em alguns documentos, nota-se um direcionamento para que as ações sejam concentradas em nível local e regional (BARBIERI e SILVA, 2011).

Educação para a sustentabilidade e identificação dos participantes – no sentido de pertencimento a um grupo – quando bem combinadas, podem proporcionar o início de uma movimentação em prol da proposta formulada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 2002, por meio da resolução 57/254, que declarou a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável - DEDS (2005 – 2014), considerando a educação como fator básico para a mudança. Resultados empíricos (HUANG, VAN DEN BRINK e GROOT, 2011) indicam que a educação tem influência positiva na promoção de confiança e participação em grupos voluntários, que, por sua vez, facilitam interações coletivas e a construção de capital social.

Ao papel educativo cabe a possibilidade de “experenciar” (FREIRE, 2007), envolver-se a partir de desafios, podendo fomentar a ação em prol da coletividade, desenvolver a capacidade crítica dos sujeitos e principalmente a mudança de comportamento e atitude. A experiência leva ao maior comprometimento e entendimento das propostas, repercutindo em “maiores intenções futuras de envolvimento” (CARVALHO e FARIAS, 2011, p. 18).

Frente à relevância dessa investigação, tem-se como problema de pesquisa a seguinte questão: os professores administradores de uma IES do Rio Grande do Sul estão preparados frente às exigências da educação para a sustentabilidade?

O presente estudo tem como objetivo analisar como os professores do curso de administração de uma IES, avaliam o seu papel docente frente às exigências da educação para a sustentabilidade no ensino. Verificaram-se aspectos como a formação do professor sobre educação para a sustentabilidade; como ele se sente para trabalhar em sala de aula sob o enfoque da educação para a sustentabilidade, independente de estar trabalhando diretamente com o tema ou de maneira transversal e como ele visualiza hoje a disseminação da temática no corpo docente.

## 2 Sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade e as discussões relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável (DS) do planeta são cada vez mais recorrentes em diferentes contextos e áreas do conhecimento. Em virtude dos inúmeros problemas sociais e ambientais que vêm ocorrendo nas últimas décadas a fim de garantir condições de sobrevivência para as gerações futuras, são crescentes os movimentos em prol do DS, definido como o “desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer com a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações” (WCED, 1987, p. 09).

Ben-Eli (2006) compara o DS com o sucesso de um voo de uma aeronave. Uma vez que, para ter sucesso é necessário que os operadores responsáveis conheçam os princípios básicos da aerodinâmica. Da mesma maneira, para entender o processo do DS, é preciso guiar-se por um conjunto de princípios que fundamentam a sustentabilidade como um estado permanente.

Vários autores conceituam sustentabilidade procurando encontrar uma forma sistemática para operacionalizá-la nas organizações. A operacionalização do conceito de DS ganhou diversas conotações e vários modelos alcançaram destaque, tanto no meio acadêmico, quanto no empresarial. Um dos principais modelos, que procurou reduzir a sustentabilidade a um padrão mínimo de operacionalização é o denominado Triple Bottom Line – TBL conhecido como Tripé da Sustentabilidade, de Elkington (2012).

Elkington (2012, p. 21) define a sustentabilidade como o “princípio de assegurar que nossas ações hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as gerações futuras”. Ele operacionaliza o conceito em três pilares: econômico, social e ambiental, como apresenta a Figura 01.

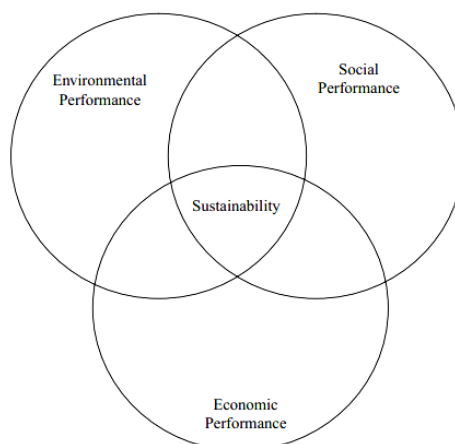


Figura 01 – O Triple Bottom Line  
Fonte: Carter e Rogers (2007, p. 06)

Para Elkington (2012) as dimensões da sustentabilidade estão intrínsecas no conceito de empresa sustentável, representadas no livro *Cannibals with Forks*, tendo seu conceito apresentado por meio de uma metáfora de um garfo composto por três dentes. Cada dente refere-se às dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade em termos de resultados líquidos, procurando responder à pergunta: os “canibais”, adotariam utensílios mais civilizados e ações socioambientais menos nocivas à sociedade?

Apresenta-se com base em Elkington (2012) o objetivo de cada tripé:

**Social** – Trata-se do capital humano de um empreendimento, comunidade, sociedade como um todo. Além de salários justos e estar adequado à legislação trabalhista, é preciso pensar em outros aspectos como o bem estar dos seus funcionários.

**Ambiental** – Refere-se ao capital natural de um empreendimento ou sociedade. É a vertente ambiental do tripé. Aqui assim como nos outros itens, é importante pensar no pequeno, médio e longo prazo. A princípio, praticamente toda atividade econômica tem impacto ambiental negativo. Nesse aspecto, a empresa ou a sociedade deve pensar nas formas de amenizar esses impactos e compensar o que não é possível amenizar. Uma empresa que utiliza determinada matéria-prima deve planejar formas de repor os recursos ou, se não é possível, diminuir o máximo possível o uso desse material, assim como saber medir a pegada de carbono do seu processo produtivo.

**Econômico** – Nesse, são analisados os temas ligados à produção, distribuição e consumo de bens e serviços e devem-se levar em conta os outros aspectos, que envolvem o setor em que a empresa atua.

As três dimensões da sustentabilidade, comumente denominadas como tripé da sustentabilidade devem estar integradas, de modo que, na esfera ambiental, os recursos sejam aproveitados de maneira eficaz. Outrossim, salienta-se que o desafio para as organizações está no sentido de manter o equilíbrio e direcioná-las em suas estratégias.

## 2.1 Educação para a Sustentabilidade

Barbieri (2012) salienta que a Educação para a Sustentabilidade no Brasil começou a ter destaque em 1988, como um importante instrumento de políticas públicas, estabelecido pela constituição da República Federativa do Brasil, pela Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA e pela Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA. A partir da Lei 6.938 da PNMA todas as modalidades de ensino formal e informal devem incluir a Educação para a Sustentabilidade em seus programas de forma permanente, inclusive aos programas de treinamentos e desenvolvimento de pessoas realizadas por organizações públicas e privadas.

Termignoni (2012) salienta que a Educação para a Sustentabilidade surgiu no ano de 1970, momento que o foco para o papel educacional começou a ter destaque. As universidades se esforçaram para definir e ao mesmo tempo assumir seu papel no que se refere ao ensino para um futuro viável, sendo as declarações verificadas nos encontros de âmbito internacional as suas respostas.

Tauchen (2007) discute a existência de duas correntes de pensamento quanto ao seu papel frente ao DS. A primeira corrente enfatiza o caráter educador dessas instituições, como produtoras e disseminadoras de conhecimento, possuindo grande responsabilidade na formação dos futuros tomadores de decisão perante as questões relacionadas ao DS. A segunda corrente salienta as ações ligadas à sustentabilidade praticada nos campi universitários, considerando o papel multiplicador das IES na busca de alternativas dos problemas concretos da sociedade (TAUCHEN, 2007).

No âmbito dos eventos destacou-se a Declaração de Talloires na França, de 1990, que reuniu mais de 400 universidades de várias regiões do mundo, e a declaração de Luneburg de 2001, que reuniu 1.000 instituições na Global Higher Education For Sustainability – GHESP, Conferência sobre o Ensino Superior para o DS. Mais recentemente em 2009 evidencia-se a Alternative University Appraisal – AUA, Comunidade das Universidades Asiáticas, que visa fortalecer as estratégias de Educação para a Sustentabilidade, como um pacto global (TERMIGNONI, 2012). Para essa mesma autora, a Educação para a Sustentabilidade adquiriu grande importância devido ao movimento pelo DS. O final do século XX e o início do século XXI foram marcados pela criação de diferentes organizações voltadas para esta finalidade.

Termignoni (2012) salienta que também foram criadas algumas associações entre instituições. Como a Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental – RUPEA das Universidades Brasileiras, a Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education - AASHE, Associação para o Avanço da Sustentabilidade no Ensino Superior das Universidades dos Estados Unidos e Canadá; a People & Planet Green League - Liga de Pessoas & Planeta Verde, das universidades do Reino Unido e a Alternative University Appraisal - AUA, Avaliação Universitária Alternativa das universidades Asiáticas. Barbieri (2012) enfatiza que até a Rio-92, as Universidades praticamente não estavam engajadas na discussão global acerca do DS de modo que as declarações realizadas anteriormente (Talloires e Halifax) enfocaram principalmente o caráter educacional das IES.

Diante desse panorama, se as instituições realmente praticarem o discurso normalmente considerado o mais adequado, de que a sustentabilidade e a responsabilidade social são produtos da organização, as mesmas colherão bons resultados, desde o aumento da produtividade, da lucratividade assim como a existência de funcionários, docentes e discentes mais responsáveis sustentavelmente (SEVERO; DELGADO e PEDROZO, 2006).

Engelman; Fracasso e Tometich (2012) salientam que as práticas e estruturas dos sistemas de gestão ambiental em IES podem variar dependendo da sua localização geográfica, dimensão,

condições do ambiente local, capacidade de aproveitamento de oportunidades, cooperação interinstitucional, capacidade de concretização de parcerias com entidades muito diferentes e outros aspectos.

Zitzke (2002) destaca que a educação tem importante papel para o DS, mais especificamente relacionada com a dimensão ambiental (.....) atuando como tradutora do conhecimento técnico e científico para a compreensão de todos os envolvidos nas questões ambientais, (...) pode induzir ao pensamento crítico, a buscar demonstrações ou justificativas e a não aceitar sem análise a implantação de qualquer projeto que ofereça riscos sociais ou ambientais.

## **2.2 Educação para a Sustentabilidade no Ensino Superior Brasileiro**

Barth e Rieckmann (2012) salientam que a Educação para a Sustentabilidade no Ensino Superior representa um novo desafio para o sistema acadêmico uma vez que muitas Universidades tem realizado atividades para a sua implementação, e vários estudos de caso, bem como estudos sobre as barreiras dos processos, documentos, diretrizes, com objetivo da busca de novos desafios e novas metodologias para a inserção da sustentabilidade nos currículos.

Nobre, Menezes e Frega (2012) argumentam com base nas resoluções da Organização das Nações Unidas – ONU e conceitos da teoria construtivista de Jean Piaget (1896-1980) que para caracterizar o processo de Educação para a Sustentabilidade - EpS no Ensino, de maneira transversal, é necessário desenvolver o discente em cinco dimensões: a consciência; conhecimento; atitude, capacidade e participação. Esses pilares são fundamentais para o desenvolvimento da EpS, já que a educação para uma sociedade sustentável deve estar centrada nos estudantes e no desenvolvimento de sua autonomia, juntamente com a produção de conhecimento e cultural, para a formação de discentes com pensamento coletivo.

Shrivastava (2010) salienta que nossas práticas atuais de ensino na gestão sustentável estão repletas de fatos científicos, ferramentas analíticas, modelos de otimização e técnicas de gestão destacando que um dos pilares para a aprendizagem da sustentabilidade na educação é a pedagogia da paixão com o objetivo de auxiliar os estudantes a compreenderem e resolverem problemas. Para esse mesmo autor, a paixão para a sustentabilidade pode ser ensinada utilizando uma pedagogia holística que integra a aprendizagem física e emocional ou espiritual com cognitivo (intelectual) de aprendizagem tradicional sobre o manejo sustentável.

No Brasil, o Ministério da Educação – MEC, nas últimas décadas vem realizando uma série de mudanças no sistema de ensino. Como parte integrante e articulador desse processo, está o Conselho Nacional de Educação – CNE, que criou um conjunto de diretrizes e políticas com o propósito de promover a melhoria contínua da qualidade da educação superior brasileira. Em 14 de abril de 2004 foi criada pelo CNE a Lei N. 10.861 que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. O PDI é o instrumento de planejamento que subsidia os seguintes subsistemas de avaliação do SINAES: avaliação institucional – composta pela auto avaliação e avaliação externa; avaliação do desempenho de estudantes (ENADE) e avaliação de cursos de graduação.

A sustentabilidade no ensino está presente na Constituição Federal Brasileira - CFB de 1988, no texto relativo ao artigo 214, que visa articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I erradicação do analfabetismo; II universalização do atendimento escolar; III melhoria da qualidade do ensino; IV formação para o trabalho; V promoção humanística, científica e tecnológica do País; e, VI

estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (CFB, 1988, p. 127-128).

O CNE retoma esta questão no artigo 15 da Lei Federal 9.795 (27 de abril de 1999), que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, no capítulo I, artigo 01º e 03º - a educação ambiental é enfatizada como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Ao poder Público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal, cabe a responsabilidade de: definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental; promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação e promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente (CNE, 1999).

Mais recentemente, com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - CNDUS conhecida como RIO + 20, a Sustentabilidade voltou à pauta, com a participação de chefes de estados de cento e noventa nações, na qual analisaram e propuseram mudanças sobre os recursos naturais do Planeta. Por meio deste movimento, à educação Brasileira, foi proposta a inserção da sustentabilidade na formação do discente. O Presidente do CNE em conformidade com o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no parecer CNE/CP nº 14/2012, publicado no DOU de 15 de junho de 2012, aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (MEC, 2012, p. 01). Segundo o MEC (2012, p.02), a presente resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, com os seguintes objetivos.

A Instituição deve observar e levar em conta o compromisso, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas. A organização e a gestão curricular são componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos, bem como o planejamento dos currículos deve considerar os níveis dos cursos, as idades e especificidades das fases, etapas, modalidades e da diversidade sociocultural dos estudantes (MEC, 2012, p.03). Além das normativas da CFB e do CNE o Plano Nacional de Educação – PNE, para o decênio de 2011/2020 estabelece diretrizes no projeto de Lei nº. 8.035/2010 (com vistas ao artigo 214 da CFB), inciso VI – promoção da sustentabilidade socioambiental (PNE, 2011, p. 01). Por meio destas iniciativas o Governo Brasileiro visa ampliar e fomentar o ensino para educação com vistas para a sustentabilidade.

Diante do exposto, a EpS tem sido amplamente discutida em documentos do CFB, CNE e recentemente pelo MEC. O tema está em processo evolutivo e as ações tendem a fortalecer as diretrizes e regulamentações para os próximos anos.

### **3. MÉTODO**

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória. A pesquisa exploratória, segundo Hair et al (2005) é utilizada para que seja desenvolvida uma melhor compreensão do problema de pesquisa. Visando atingir os objetivos propostos, o estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, ancorado em um instrumento de pesquisa dividido em duas partes, sendo a primeira composta por oito questões sobre perfil e enquadramento docente na instituição e a segunda por nove questões abertas com relação ao tema “educação para a sustentabilidade”, o qual foi aplicado aos treze professores administradores. A pesquisa qualitativa “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados” (RICHARDSON, et al, 1999, p. 90).

A presente pesquisa foi desenvolvida com 13 professores do Curso de Administração, que possuem formação em Administração, atuantes em uma Instituição Privada de Ensino Superior de Santa Maria, Rio Grande do Sul, dentre os 44 que trabalham no curso, abrangendo todas as disciplinas da grade curricular.

O foco nos professores administradores se deve ao fato de a pesquisa ter como objetivo verificar a percepção dos mesmos com relação às Diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e órgãos como o Ministério da Educação, a UNESCO, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento as quais apontam na direção da inserção do tripé da sustentabilidade, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais como imprescindíveis à formação superior, principalmente no que tange à formação do futuro gestor de organizações, uma vez que as mesmas estão inseridas em uma sociedade que precisa estar atenta aos novos desafios.

A coleta de dados foi realizada entre os dias 14 e 28 de junho de 2013, via e-mail. Os instrumentos de pesquisa foram respondidos pelos professores e remetidos aos pesquisadores também via e-mail. As respostas foram estudadas individualmente, sendo categorizadas em cada caso as principais evidências e selecionadas as principais informações para compor a análise dos resultados.

#### **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A Instituição participante da pesquisa possui 58 anos de atuação e foi uma das pioneiras no ensino superior da região central do Estado. Nesta Instituição há 33 cursos de graduação, totalizando mais 5.000 alunos; possui cursos de pós-graduação e Mestrado com mais de 300 estudantes, possui 432 professores e 216 funcionários. Os cursos são de diversas áreas do conhecimento e presença destacada na comunidade local e regional por meio de cursos, pesquisas, serviços educacionais. O Curso de Administração foi criado em 1998 e passou a funcionar em 1999, atualmente possui 579 estudantes.

Com relação ao tempo que os professores estão na Instituição, 06 estão há 05 anos ou mais; 04 deles estão de 02 há 05 anos; 02 estão há mais de 10 anos e 01 contratação feita recentemente. O levantamento realizado sobre o perfil dos professores revelou que 11 deles possuem idade superior a 30 anos, 05 professores com idade de 30-35 anos e outros 05 com idade entre 36-40 anos. Outrossim cabe salientar, que os professores da Instituição podem ser considerados jovens, sendo que apenas 01 possui idade superior a 40 anos, porém a totalidade possui experiência em docência por alguns anos, o que reflete na análise das demais questões trabalhadas.

No perfil dos participantes da pesquisa ficou evidenciado que todos os 13 professores são mestres, e 04 destes estão cursando doutorado. As áreas de formação no mestrado são: em Administração (6), em Engenharia da Produção (5), Antropologia Filosófica (1) e em Agronegócios (1). Quando perguntados sobre o regime de trabalho, 09 professores possuem tempo integral, 03 estão em regime parcial e 01 é horista.

Referindo-se às áreas que os docentes atuam, verifica-se que muitos deles trabalham disciplinas como as pertencentes à área de Gestão de Pessoas, seguido pelas áreas de Marketing, Administração Financeira e Administração Geral, conforme apresenta-se no Gráfico 01.



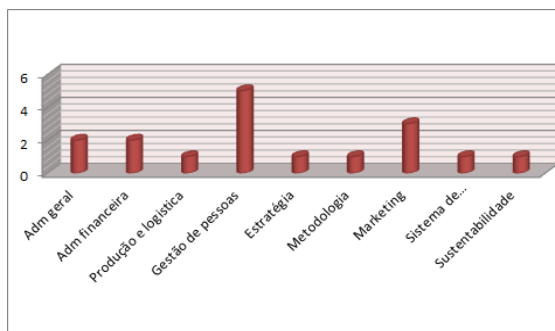


Gráfico 01 - Principais áreas de trabalho dos professores entrevistados

Nota-se que a sustentabilidade é trabalhada de uma maneira ainda incipiente, em uma disciplina não obrigatória do curso, com uma carga horária de 34 horas. Cabe salientar que o curso de Administração da IES em questão, possui foco em empreendedorismo, e, passou por uma readequação curricular no ano de 2011. Recomenda-se que na próxima avaliação curricular e inserção de disciplinas, a Instituição avalie as exigências do Ministério da Educação - MEC, e faça a inserção da sustentabilidade de maneira ampla, para que sejam contempladas as diretrizes Nacionais estabelecidas, a fim de buscar e tornar-se mais um diferencial na formação dos futuros administradores. Salienta-se que os docentes poderiam selecionar no instrumento, mais de uma área de atuação neste questionamento. Com relação à distribuição da carga horária do professor na Instituição e a carga horária em sala de aula, apresenta-se o Gráfico 02.

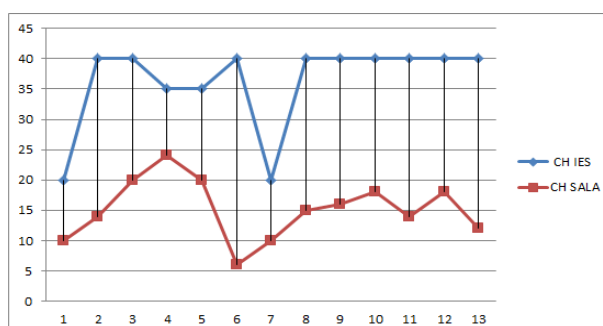


Gráfico 02 - Carga horária do professor na IES e Carga horária do professor em sala de aula

Verificou-se que na Instituição os docentes possuem uma carga horária de 40 horas, sendo requerida uma carga horária média em sala de aula de 10 a 20 horas.

#### 4.1 A sustentabilidade no contexto de atuação dos docentes

Com relação às perguntas abertas, as análises realizadas conferem um quadro geral de pouca disseminação entre os docentes e suas práticas em sala de aula, tratando-se do ensino de sustentabilidade. Dos 13 professores pesquisados, aqueles que mencionaram de forma mais próxima, oito deles, afirmaram que o conceito engloba o pilar "Triple Bottom Line" (ELKINGTON, 2012), referindo-se a questões sociais, ambientais e econômicas. De acordo com uma das respostas mais completas dadas por um dos entrevistados temos que: "Na minha opinião a sustentabilidade é um conjunto de comportamentos (econômico, social e ambiental) que auxiliam o compartilhamento de informações e a sustentar os sistemas sociais. Sim, minhas disciplinas buscam envolver a temática e aprimorar, por exemplo, o empreendedorismo social, que também envolve o empreendedorismo socioambiental (analisar práticas e estratégias sustentáveis dos empreendedores). Porém, onde mais

utilizo o tema para aprofundamento são nos trabalhos finais de graduação e estágios, onde posso orientar os estudantes envolvendo a logística reversa, gestão de resíduos e práticas sustentáveis”.

Seis professores possuem um caráter de transversalidade<sup>1</sup> em seus discursos, pois tentam de alguma forma trabalhar a sustentabilidade em suas disciplinas, mesmo dando mais ênfase a um dos sustentáculos do tripé (econômico, social, ambiental). Cabe salientar que dois respondentes citaram além do “Triple Bottom Line”, questões culturais e institucionais como fatores componentes da sustentabilidade, ou seja, abrangendo maior adequação, mais do que o conceito inicialmente difundido.

O julgamento com relação à existência de uma disciplina específica sobre sustentabilidade no curso foi avaliada de maneira positiva por todos os respondentes. Um enfoque especial pode ser dado à seguinte resposta: “Concordo em ter uma disciplina sobre a sustentabilidade, pois trata de uma ciência atual que devemos aprender a trabalhar com novos costumes e valores em relação ao meio que vivemos. Acredito que o enfoque deveria ser geral, pois é um tema amplo e devemos primeiro de tudo, aprender e estudar o que significa sustentabilidade”.

Quanto à necessidade de apreender e estudar o que significa sustentabilidade, Barbieri (2012) salienta que o debate que vem sendo disseminado nos meios educacionais sobre como preparar professores que respondam mais adequadamente à diversidade de situações presentes, demonstra que cada vez mais são exigidos conhecimentos técnicos, além do compromisso com a educação e com os processos de mudanças sociais e ambientais. Ainda segundo o autor, trabalhar com sustentabilidade é ter a oportunidade de refletir sobre os aspectos da relação entre as pessoas e o meio ambiente, assim como as suas implicações para uma sociedade sustentável. Os olhares sobre as questões ambientais, de forma interdisciplinar, sob os fatores ecológicos, políticos, sociais, econômicos, culturais, e sem dúvida didático-pedagógicos, oferecem aos professores a oportunidade de desenvolverem atividades que despertem as relações humanas com o meio ambiente.

Nota-se, com relação a essa participação, que as inserções sobre o tema em outras disciplinas de maneira transversal deverão, na opinião de um docente, ser realizadas a partir do momento em que exista a plena consciência do que significa ser sustentável. E, até mesmo o docente necessita estar ciente do que significa isso, por este motivo a UNESCO (1997), recomenda que sejam fortalecidos programas de formação de professores ou mesmo remodelados aqueles que já existem para que possam responder às necessidades atuais, provendo informação atualizada.

Com relação ao questionamento, como o docente se sentiria preparado para trabalhar o tema da sustentabilidade na sua disciplina? Se não, o que você sugere que seja feito para preparar os professores para trabalhar este tema nas suas disciplinas? De todos os professores respondentes, cinco afirmaram que se sentem preparados para trabalhar o tema na sua disciplina. Daqueles que não se sentem preparados para trabalhar o tema, alguns apontamentos sugeridos foram em torno de “[...] mais cursos e preparação de aulas específicas”; “treinamentos e seminários sobre o tema, bem como, o desenvolvimento de projetos que se amparem nos preceitos sustentáveis, tornando-se um grande elemento de aprendizagem”; “[...] leituras e debates, pois são temas novos que precisam ser mais bem esclarecidos”; “[...] desenvolver workshop e oficinas”; “realização de pesquisas e utilização de estudos de caso para discussão”.

Verifica-se que a maioria dos docentes na Instituição, está conscientizada sobre a importância de estarem preparados para trabalhar com o tema da sustentabilidade, pois é de suma importância

---

<sup>1</sup> Sabemos que a transversalidade é muito mais complexa do que o percebido nas falas dos docentes pesquisados, porém, não é foco deste estudo, neste momento, avaliar esse quesito, por este motivo, classificamos a transversalidade a partir do que os docentes pesquisados consideraram em suas respostas.

para a formação dos administradores, uma vez que eles serão os futuros gestores das organizações, tomadores de decisões, e terão influência direta na condução das empresas.

Nessa concepção, Fazenda (2009) argumenta que uma das formas é recorrer às práticas interdisciplinares, pois elas passam a ser um imperativo em função das mudanças sociais vivenciadas pela sociedade, tornando-se evidente que disciplinas que trabalham isoladamente não podem dar respostas adequadas às problemáticas altamente complexas da atualidade.

Outra pergunta realizada aos docentes foi com relação a uma questão hipotética: caso ele fosse orientado a inserir conteúdo sobre sustentabilidade em sua disciplina, como seria realizado? Cinco respondentes apontaram que buscariam bases de dados no sentido de verificar o que está sendo publicado e estudado sobre sustentabilidade relacionando à sua disciplina, bem como iria verificar as tendências e as novas abordagens. Outro entrevistado salienta que, de maneira superficial, já trabalha a temática nas suas disciplinas, pois “[...] não podemos deixar de fora de nossos conteúdos um tema que trata da sustentação do ambiente, por isso de uma maneira ou outra devemos tratar do que está em torno no nosso cotidiano”.

Conforme o exposto pelos docentes percebe-se que para a evolução desse conteúdo no contexto de formação, é vital que as IES preparem profissionais que sejam capazes de fazer o uso de seus conhecimentos, não apenas para si, mas também para auxiliar no entendimento das necessidades sociais e ambientais. O estudante precisa passar por um processo educacional de forma holística, em que se devem introduzir habilidades para a sustentabilidade por meio de uma pedagogia criativa, para que o estudante aprenda a tomar decisões e realizar ações a partir de critérios, normativas, regras, para que não prejudiquem o processo de desenvolvimento sustentável (BARBIERI, 2012).

Quando questionados sobre a existência de regulamentos e diretrizes para a inserção da sustentabilidade como tema a ser tratado nas disciplinas, nove docentes responderam que desconhecem e quatro possuem conhecimento dos documentos. Por tratar-se de uma Resolução do Ministério da Educação - MEC, que foi atribuída para as IES no ano de 2012, é considerado novidade para grande maioria dos professores, principalmente aqueles que não atuam diretamente com a temática. Há um “gap” temporal em função da necessidade de adequação às normas e desenvolvimento em muitas Instituições e capacitação dos próprios professores com relação aos conteúdos a serem trabalhados e de que forma estes podem permear as suas disciplinas. Mas vale ressaltar, que a Educação para a Sustentabilidade já está inserida como uma estratégia desde 1988 - na Constituição Federal Brasileira, posteriormente em resoluções do Conselho Nacional de Educação, bem como no Plano Nacional de Educação em vigor.

Em outro questionamento, foi perguntado ao docente: o que é educação para sustentabilidade para você? Algumas respostas merecem destaque, tais como: “Em minha opinião a educação para a sustentabilidade é empreender práticas que envolvam o desenvolvimento social, os cuidados ambientais e os aspectos econômicos. Neste sentido, desenvolver indivíduos com o pensamento de que o meio ambiente é um recurso finito e devemos respeitá-lo, agindo de modo sustentável. A educação deve ser realizada na base, ou seja, desde as séries iniciais”. Em outra colocação, temos: “Significa trabalhar desde a infância com novos valores, costumes para enxergar o mundo de outra forma. Trata de buscar métodos diferentes de viver a vida procurando estabelecer a sustentabilidade de tudo que está em torno do nosso meio”. Ou ainda: “É preparar cidadãos e profissionais conscientes e voltados aos preceitos da sustentabilidade com foco no desenvolvimento sustentável e na sobrevivência de nosso planeta e conseqüentemente das futuras gerações”.

Com relação às proposições futuras e inserção da temática em disciplina específica ou mesmo nas disciplinas tradicionais, existe, por parte dos professores, uma visão de abertura. Realizado o

questionamento: Como você avalia a formação de Administradores preocupados com as questões sustentáveis? Verificou-se que, alguns docentes demonstram um otimismo com relação à formação do administrador e inserção do tema da sustentabilidade e outra vertente de respondentes, compondo seis docentes, afirmaram perceber que a maioria dos estudantes não estão preocupados com a formação, algo entendido pelos docentes como preocupante. Algo que se manifestou na pesquisa de Da Costa et al (2008), pois os estudantes manifestam a importância da área ambiental, embora demonstrem pouco interesse no envolvimento futuro com a mesma.

Um dos respondentes aponta que: “essa é uma preocupação eminente presente na formação dos administradores, pois não há como pensar apenas na lucratividade de um negócio sem pensar nas demais questões socioambientais, até mesmo por que o sucesso de um negócio está relacionado com a percepção de seus Stakeholders, no qual os consumidores exercem grande poder de influência e de demanda. Muitas vezes são os consumidores que acabam forçando tanto as empresas como os gestores a dar uma resposta mais satisfatória para a sociedade na qual se está inserida, o que representa uma oportunidade de negócio para se sobressair sobre os concorrentes”. Outro docente argumenta: “Verifico que serão administradores mais completos, preocupados com as questões atuais e dispostos a modificar o cenário econômico e o modo como às empresas atuam hoje”.

Como questionamento final, perguntou-se aos professores se eles se sentem preparados para atuar com a temática da sustentabilidade. E, caso não se sentissem preparados, qual seria o motivo. Seis respondentes disseram que não se sentem preparados e sete disseram que sim, que se sentem preparados. Daqueles que não estariam à vontade para trabalhar o tema, os motivos mais apontados foram: “falta de informação”; “dificuldade na recepção do tema pelos estudantes”; “falta de conhecimento aprofundado”.

Daqueles que se sentem preparados, apresenta-se uma contribuição de um dos entrevistados: “Sim, sinto-me preparada para atuar neste tema e tenho interesse em buscar mais informações sobre o assunto, já que os estudos ainda são incipientes. Além disto, acredito que a realização de artigos sobre o assunto, demonstrando o contexto brasileiro, possa contribuir com os estudos sobre a temática, de modo que possamos transformar a realidade empresarial, a fim de torná-la mais preocupada e engajada com as questões sustentáveis”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar como os professores administradores da IES avaliam a sua preparação frente às exigências da educação para a sustentabilidade. Verificaram-se aspectos como a formação do professor sobre educação para a sustentabilidade; como ele se sente para trabalhar em sala de aula sob o enfoque da educação para a sustentabilidade, independente de estar trabalhando diretamente com o tema ou de maneira transversal e como ele visualiza hoje a disseminação da temática no corpo docente.

Como principais resultados ao perfil dos professores, verificou-se que todos possuem Mestrado, e alguns estão cursando Doutorado; grande maioria possui experiência em docência há mais de três anos. Na grade curricular, a disciplina de sustentabilidade é tratada de maneira ainda incipiente, sendo ofertada como não obrigatória. Ainda no que se refere aos docentes, grande maioria possui 40 horas (regime integral) na IES, o que pode contribuir para o fortalecimento e criação de uma identidade com o grupo de alunos.

Verificou-se que a totalidade dos professores são favoráveis à inserção de uma disciplina específica de sustentabilidade no curso da IES pesquisada; seis professores se sentem preparados para atuar com a temática da sustentabilidade; sete não se sentem preparados e salientam que a falta de

informação e dificuldades na recepção do tema pelos estudantes são as maiores dificuldades. Como resultado da inserção da sustentabilidade de maneira transversal, verificou-se que 06 docentes têm conhecimento do conceito da sustentabilidade, sob a ótica do “Triple Bottom Line” sendo aplicado em suas disciplinas.

Recomenda-se para a instituição, maior interação entre os professores para o desenvolvimento da temática, talvez através da criação de Grupos de Estudos que possam fomentar a pesquisa na área; a inserção de uma disciplina de caráter obrigatório, 60 horas, para que nela sejam abordados conceitos básicos, princípios da sustentabilidade, para que os estudantes tenham conhecimento do tema, para que, quando for trabalhada a sustentabilidade de forma transversal, em outras disciplinas, os estudantes já dominem os conceitos básicos. Da mesma forma, recomenda-se que o curso realize, de uma maneira mais ligada à sustentabilidade, atividades de extensão, atividades práticas, para que os estudantes possam verificar as ações de sustentabilidade, que estão sendo desenvolvidas no campo empresarial, institucional e educacional.

Por fim, verifica-se que o estudo atinge seu objetivo principal, e chega-se a conclusão que a maioria dos professores está na busca pelo conhecimento, e sente que necessita de informação, pois 09 professores ainda não possuem conhecimento das novas diretrizes e inserções da sustentabilidade no ensino, mais de 50% salienta da necessidade de abordar a sustentabilidade em sua disciplina. Porém, cabe salientar que na IES existem professores que conhecem a temática e encontram-se motivados para a troca de experiências e compartilhamento destas com os colegas, o que constitui uma abertura para o próximo passo que pode ser o aprofundamento da temática em sala de aula e mesmo entre os pares.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, N. B. (2013). A consciência ambiental dos jovens: uma pesquisa com estudantes de nível médio técnico e superior tecnológico. Dissertação 93 f. (dissertação de mestrado) UFRGS/RS, Porto Alegre.
- AMBONI, N.; ANDRADE, R. O. B.; LIMA, A. J. e MULLER, I. F. (2010). Interdisciplinaridade e complexidade nos cursos de Administração. In: Anais do ENANPAD 34., 2010, Rio de Janeiro. Anpad, 2010. 1 CD-ROM.
- BARBIERI, J. C. (2012). Educação ambiental e gestão ambiental na formação de um administrador: uma visão do quadro regulatório. São Paulo: Ottoni.
- BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. (2011). Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. RAM, Revista de Administração Mackenzie, v. 12, n. 3, Edição Especial. São Paulo, SP. Maio/Jun.
- BARTH, Mathias; RIECKMANN, Marco. (2012). Developing teaching staff as a catalyst for change curriculum for education for sustainable development: a perspective of output. Journal off Cleaner Production. Vol. 26. P.28-36, May.
- BEN-ELI, M. U. (2012). Sustentabilidade: os cinco princípios fundamentais. Disponível Em: <<http://www.sustainabilitylabs.org/page/sustainability-five-core-principles>> 2006. Acesso em: Nov.
- BRUTON, K. (2006). Education for Sustainable Development: principles for curriculum development in business subject areas. Investigations in University Teaching and Learning vol. 3, n.2, summer.
- CARTER, Craig. R.; ROGERS, Dale. S. (2008). A framework of sustainable supply chain management: moving toward new theory. Journal International Journal of Physical Distribution & Logistics Management. Vol. 38 No. 5, pp. 360-387.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura e FARIAS, Carmen Roselaine de Oliveira. (2011). Um balanço da produção científica em educação ambiental de 2001 a 2009 (ANPEd, ANPPAS e EPEA). Revista Brasileira de Educação, vol.16, n.46, pp. 119-134,.

- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. (2012)A educação ambiental. 1999. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm)> Acesso em: Jan.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA CFB. (2012). Constituição Federal da República do Brasil de 1988. Disponível em: [www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/crfb.pdf](http://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/crfb.pdf) Acesso em: 18 de Dez.
- ELKINGTON, John. (2012). Sustentabilidade, canibais com garfo e faca. São Paulo: M. Books do Brasil Ltda.
- ENGELMAN, Raquel; FRACASSO, Edi Madalena; TOMETICH, Patricia. (2012). Gestão ambiental em universidades brasileiras Environmental management in brazilian universities. In: XIV ENGEMA. Anais. São Paulo.
- FAZENDA, A. C. I. (2009). Formação de professores: dimensão interdisciplinar. Revista Brasileira de Formação de Professores, v. 1, n. 1, p. 103-109,.
- FREIRE, Ana Maria. (2007). Educação para a Sustentabilidade: Implicações para o Currículo Escolar e para a Formação de Professores. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 2, n. 1 – p. 141-154.
- HAIR, J. JR. *et al.* (2005). Fundamentos de Métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman.
- HARGREAVES, A. (2004). O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança. Porto Alegre: Artmed.
- HUANG, Jian; MASSEN VAN DEN BRINK, Henriëtte; GROOT, Wim. (2012). Does education promote social capital? Evidence from IV analysis and nonparametric-bound analysis. Empirical Economics 42.3, 1011 – 1034.
- MILANI, Carlos. (2003). Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). IV Conferência Regional ISTR-LAC, 8-10 outubro, San José, Costa Rica.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. (2012). Sistema de acompanhamento de processos das instituições de ensino superior – SAPIEnS/ Plano de Desenvolvimento Institucional/Diretrizes para elaboração. Disponível em <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.htm>> Acesso em: Maio.
- NOBRE, Farley Simon; MENEZES, Glauco Gomes; FREGA, José Roberto. (2012). The social constructionist perspective for management education in sustainable business. Journal The Academy of Business in Society. p.01-05, Abr.
- RICHARDSON, Roberto, J. *et al.* (1999). Pesquisa Social: métodos e técnicas. 2.ed. São Paulo: Atlas.
- SEVERO, L. S.; DELGADO, N. A.; PEDROZO, E. Á. (2006). A emergência de “inovações sustentáveis”: questão de opção e percepção: In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 9., São Paulo. Anais... São Paulo: FGV-Eaesp, Produção) – UFSC, Faculdade de Engenharia.
- SHRIVASTAVA, Paul. (2010). Pedagogy of Passion for Sustainability. Journal Academy of Management Learning & Education. Vol.9, No. 3, 443–455.
- TAPSCOTT, Don. (2010). A hora da geração digital. Rio de Janeiro: Agir Negócios.
- TAUCHEN, Joel. (2007). Um modelo de gestão ambiental para implantação em instituições de ensino superior. Passo Fundo. 149p. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Engenharia) - UPF, Faculdade De Engenharia e Arquitetura.
- TERMIGNONI, L. D. F. (2012). Framework de sustentabilidade para instituições de ensino superior comunitárias. Dissertação 215 f. (Dissertação de Mestrado) PUC/RS. Porto Alegre.
- UNESCO. (1997). Educación para un futuro sostenible: una visión transdisciplinaria para una acción concertada. Paris: Unesco, EPD - 97/ Conf. 401/ CLD. I.
- VIEIRA, M. M. F. (2005). Por uma boa pesquisa (qualitativa) em Administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Orgs). Pesquisa Qualitativa em Administração. Rio de Janeiro: FGV.
- WCED - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (2012). Nosso Futuro Comum, 1987. Disponível em <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em: Novembro.
- ZITZKE, Valdir Aquino. (2002). Educação ambiental e eco desenvolvimento. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, 9, p.175-188, jul.-dez. 2002. Porto Alegre.